

RESUMO EXECUTIVO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CRESCIMENTO PARA TODOS

No que tange ao desenvolvimento regional, é forçoso reconhecer que o Brasil é, notadamente, um país repleto de desigualdades. Problema tão grave quanto esse reconhecimento é a identificação de que os desequilíbrios regionais persistem ao longo do tempo. As dimensões do território brasileiro, inegavelmente, contribuem para essa desigualdade, mas decerto não justificam sua amplitude e persistência. Dessa forma, desconsiderar a desigualdade regional é contribuir para a permanência dos bolsões de pobreza nas regiões menos desenvolvidas do país.

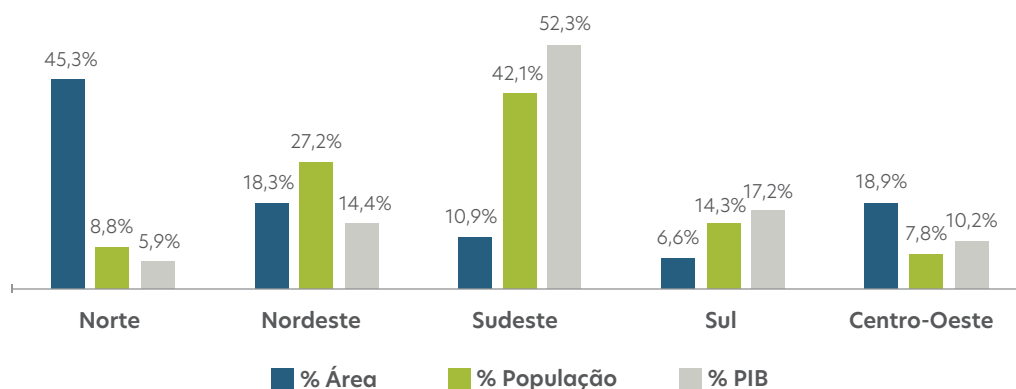
Nesse sentido, o desenvolvimento regional se torna uma questão crucial para a aceleração do crescimento econômico, tendo em vista que as desigualdades travam avanços mais significativos na economia nacional. As especificidades regionais,

que, muitas vezes, são raízes dos profundos desequilíbrios, podem – e devem – ser exploradas, transformando-se em oportunidades para obter avanços mais significativos.

A redução desses desequilíbrios somente ocorrerá com a implementação de políticas claras, fortes e sustentáveis de desenvolvimento regional. As desigualdades permanecem grandes, e a velocidade de convergência entre elas é bastante insatisfatória. Grande parte desse cenário desfavorável se deve à fragilidade das instituições que representam e promovem a redução dos desequilíbrios entre as regiões.

Nesse sentido, é necessário conferir caráter sistêmico à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II). A PNDR II deve ser, acima de tudo, uma Política Nacional de Estado, capaz de articular e

PIB per capita anual do Brasil e das regiões geográficas, em 2019 (em R\$)



Fonte: Contas Regionais, IBGE (2019).

dar nexos e consistência às iniciativas regionais e territoriais, garantindo a integração nacional. Para que isso ocorra, seus vários instrumentos devem ser aprimorados, com destaque para as agendas tributária e de financiamento.

Também é imprescindível conferir às regiões menos desenvolvidas condições que reduzam a percepção de risco mais elevado e aumentem as taxas de retorno do investimento. Nesse sentido, é preciso

superar as deficiências históricas de infraestrutura e de qualificação de mão de obra em regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O desafio de manter o crescimento econômico sustentado é permanente e impõe a necessidade de fortalecer as ações de consolidação do desenvolvimento regional e de combate às desigualdades.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Reformar, de forma ampla, a tributação sobre o consumo, - em linha com a PEC 110 - prevendo-se a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional e mantendo o tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus.
- Renovar o prazo dos incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do reinvestimento em projetos no âmbito da Sudam e Sudene.
- Aumentar a efetividade dos mecanismos de financiamento que objetivam contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- Priorizar a ampliação e modernização da infraestrutura logística e energética das regiões menos desenvolvidas do Brasil, mediante o aproveitamento de fontes alternativas de energia disponíveis nessas regiões, tais como eólica, solar e gás natural.
- Elaborar o planejamento estratégico da produção de Hidrogênio Verde, a partir de estudos de demanda e oferta existentes e das potencialidades regionais.
- Garantir a capacidade de articulação e governança da PNDR II.



Veja as propostas na íntegra no documento, que pode ser acessado por meio do QR code ao lado ou em: <http://cni.com.br/eleicoes2022/propostas/>